

Dossiê – II Seminário Sankofa

“Descolonização e Racismo: atualidade e crítica”

“Gênero e Colonialidade”

*Maria Rosa Dória Ribeiro*¹

1. Introdução:

Para fazer jus ao título desta comunicação convém começar por algumas considerações sobre os usos da palavra Gênero na atualidade, e sobre a construção do significado de Gênero como categoria de análise histórica. A partir daí será possível estabelecer a importância desta categoria para os estudos sobre Racismo e Colonialidade.

2. Polêmica sobre Gênero:

Em um curioso artigo com o título “Diga-me, o que significa gênero?” Marie-Victoire Louis²; socióloga francesa, fez um detalhado levantamento de como a palavra gênero vem sendo empregada de diversas maneiras em diferentes campos: na pesquisa acadêmica, nas instituições e na política. Com ironia ela conclui que a vulgarização da palavra acabou por desvirtuá-la de seu significado original e esvaziá-la de sentido. A socióloga expressa assim, o sentimento de perda do significado “original” que tanta utilidade havia tido às lutas das mulheres. Tributário do feminismo o conceito de gênero serviu aos propósitos subversivos (no melhor dos sentidos desta palavra) daquele movimento social. A autora termina o artigo afirmando que a opressão de sexo, o patriarcalismo e as desigualdades continuavam afetando as mulheres, e que os descaminhos do conceito de gênero havia diluído suas lutas.

Embora tenham se tornado frequentes as referências à Gênero, na condição de nova categoria histórica, vulgarmente tem sido usado como sinônimo de mulher. Isso se explica em função de tal categoria ter sido empregada amplamente pelos estudiosos de mulheres, inicialmente. E também pelo fato de ter sido elaborado e desenvolvido pelo Movimento Feminista, a partir de sua prática reflexiva, e do diálogo que estabeleceu com a

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do NEACP-USP e membro do corpo editorial da Revista Sankofa.

² LOUIS, Marie-Victoire. “Diga-me: o que significa gênero?”. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.3, p. 711-724, set/dez 2006.

parcela da academia sensível e permeável àquele movimento social. Posteriormente, a categoria ganha força e se afirma, enriquecida pela experiência de outros movimentos sociais, de gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais. Estes movimentos deram maior consistência ao conceito de gênero em suas trajetórias de lutas por igualdade, respeito, direitos civis e direitos humanos enfim. Ultimamente, tem sido usado nos estudos sobre a masculinidade. A partir daqui há duas considerações a serem feitas. A primeira é sobre o significado de gênero que interessa à História e por que. E a segunda é a respeito de como se chegou a tal significado.

I. Qual o significado de gênero interessa à história e por que:

De fato, dentre tantos usos que se pode fazer da expressão gênero é importante definir aquele que interessa ao ofício do historiador. Há que se considerar primeiramente que ele foi gestado com base nas experiências e nas idéias extraídas das relações entre homens e mulheres, com ênfase no caráter político de tais relações. É inegável a contribuição do feminismo, do movimento de mulheres, de gays e lésbicas para que as reflexões de gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar. Entretanto, é bom lembrar que a formulação de tal conceito foi feita pela historiadora norte-americana Joan Scott, em 1988.

Curiosamente, ainda são poucos os historiadores que refletem e consideram Gênero como categoria de análise, tal como consideram, por exemplo, raça/etnia e classe. Alega-se tratar-se de uma história militante, e por isso pouco “científica” como se a pretensão à neutralidade já não tivesse sido superada há tempos. Como lembra Joana Maria Pedro³, cabe ainda a pergunta: os conceitos de classe, raça/etnia, geração e outros também não são provenientes de movimentos sociais?

Quanto ao caráter militante da História, cabe perguntar, qual História não se escreve com caráter militante? O historiador escreve para si mesmo, ou gosta de acreditar que seus escritos de alguma forma repercutirão sobre o pensamento vigente? Ontem, o Prof. Wilson falou sobre como fazer alguém desacreditar de si mesmo, para assumir a cultura alheia, no âmbito coletivo, que é a ação subreptícia do neo-colonialismo. Então a militância só se caracteriza como tal quando se levantam bandeiras?

³ PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe, VEIGA, Ana Maria (orgs). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

Gênero é um saber que estabelece significados para as diferenças corporais. É também um modo de dar significado às relações de poder e um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. Como afirma Maria Izilda Matos, se

“a categoria reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens... Não se deve esquecer, ainda que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são portanto, uma forma primária de relações significantes de poder.”⁴

Devido à sua característica relacional, Gênero como categoria de análise possibilita “evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas” evidenciando que

“a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se em função do outro, uma vez que constituíram social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados... Os estudos de Gênero permitem assim mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, através de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas, e políticas.”⁵

Também de acordo com Maria Izilda Matos.

II. Como se chegou a este significado:

Nos limites desta apresentação, cabe considerar brevemente dois caminhos para se chegar ao conceito de gênero como uma posição política construída de muitas tradições feministas. O caminho do Movimento Feminista, e o da História das Mulheres e do Gênero.

(1) No caminho da evolução do Movimento Feminista, empenhado na luta pela emancipação das mulheres, podem-se observar algumas fases. De maneira um pouco caricaturada, pode-se apresentá-las como a fase da conscientização da subalternidade, da denúncia das formas de opressão de sexo, e em sua forma mais radical, a da luta contra os homens, considerados os responsáveis pelo sistema patriarcal. Nesta fase genérica da luta, se assim podemos dizer, acreditava-se que o fator de unidade seria tão somente o sexo biológico, e que este seria a base para estabelecer uma irmandade feminina. Em um

⁴ MATOS, Maria Izilda. *História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas*. In: MELO, Hildete Pereira et alli (orgs.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. P. 283.

⁵ Idem. p.284.

segundo momento, pela expansão e intensificação do Movimento, constatou-se a diversidade dentro da diferença. À medida que mais e mais mulheres aderiam ao Movimento, mais se evidenciavam as contradições. Embora houvesse real opressão de sexo e subalternidade da mulher nas mais diferentes sociedades e culturas, tal opressão sofria enormes variações de acordo com o lugar, o tempo, a classe, a raça/etnia, as opções sexuais, a escolaridade, as idades, as gerações, e tantas outras variáveis. Não era possível desconsiderar que havia também opressão dentro da opressão quando mulheres se subordinavam, em diferentes contextos, à outras mulheres. Nas palavras de Suely Gomes Costa,

“Em toda a parte, a segunda onda [do feminismo] juntou mulheres muito diferentes entre si em torno de uma energia que alavancou movimentos de denúncia em pautas de luta contra a dominação masculina, alimentando a perspectiva de vitimização das mulheres; isso se fez com um notável processo de tomada de consciência das mulheres sobre si e sobre seus lugares de sofrimentos, promovendo deslocamentos políticos, revigorados em lutas e conquistas. Mas as mulheres, ao se juntarem, também exibiram seus poderes, suas hierarquias por posição de classes, por cor de pele e graus de instrução, por geração, forjadas em tradições políticas,... Desigualdades e mal-estares, numa ambígua convivência de mulheres diferentes entre si, revelam-se em seguidas diásporas dos seus vários movimentos.”⁶

O Movimento vive então um momento de desconcerto. Sua sobrevivência e fortalecimento passam pela necessidade de se atingir outro patamar de questionamentos e de entendimento para estabelecer novas estratégias. Era preciso antes de qualquer coisa, reconhecer que não era possível “vitimizar” as mulheres nas lutas contra a sua opressão. Era preciso também considerar que, se a luta era contra a opressão, não se podiam furta-encarar a opressão dentro do seu próprio “quintal”. E também, que não era possível travar a luta desde um ponto comum, mas que era necessário multiplicar as plataformas de luta tantas vezes quantas formas peculiares de opressão se configurassem. Isto é, o feminismo dava lugar aos feminismos, assim como a “mulher” dava lugar às “mulheres”.

(2) No caminho da História das mulheres temos que as mudanças pelas quais passa a historiografia ao longo do século passado, seguindo as transformações sociais, econômicas e políticas, possibilitam considerar novos objetos de estudo. Segmentos sociais antes desconsiderados adquirem visibilidade. As lutas feministas e suas conquistas impulsionam e propiciam novos olhares à História das Mulheres. Registra-se então uma intensificação da produção historiográfica tendo como objeto as mulheres, que

⁶ COSTA, Suely Gomes. “Diga-me: o que significa gênero?” Mesa redonda: *Estudos de gênero em cena: história, historiografia e pesquisa*. **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011**, Universidade de São Paulo (USP).

rapidamente conforma um campo de conhecimento que “se estrutura, apoiado em associações, redes, coleções temáticas de diferentes iniciativas universitárias e publicações várias – destacando, aí, vínculos acadêmicos transuniversitários.”⁷

Entretanto, também através da intensificação da produção nesse campo chega-se à necessidade de se atingir um novo patamar. Não se tratava tão somente de incluir as mulheres na narrativa pronta. Ainda que se mostrasse que as mulheres atuaram tanto na história como os homens, e mesmo destacando as diferenças de uma “cultura feminina”, ainda assim se perdia a multiplicidade do ser feminino. E permanecia o risco de se cair na armadilha da perspectiva essencialista. Aponta-se assim, para a possibilidade/necessidade de se reconstruir as narrativas sobre as experiências coletivas de homens e mulheres no passado, contemplando toda a sua complexidade. Faltava ainda o aprimoramento metodológico que possibilitasse analisar e interpretar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e os papéis de ambos para o curso do processo histórico.

Foi, portanto na intersecção dos obstáculos para o desenvolvimento do Movimento Feminista e da História das Mulheres que se abriu a possibilidade da formulação do conceito de Gênero como categoria de análise histórica.

É a historiadora Suely Gomes Costa, que nos ajuda a pensar sobre a trajetória dos Estudos de Gênero.

“Sob clássicas divisões dessa história – política, cultural, social, econômica e internacional, estão em cena novos domínios de conhecimento: mulheres, sexualidade, corpo, juventude, infância, imigração, colonização...”⁸

Ao contrário do que apontam os críticos desta história que a acusam de ser composta de migalhas, a historiadora francesa Christine Bard chama a atenção para a tendência à totalização. Afirma esta que ao mesmo tempo que tal história se afasta de antigos paradigmas carregados de falsas universalidades, e de abordagens esparsas e fragmentadas, promove a aproximação de referências e de fontes variáveis, que por serem, ao mesmo tempo, culturais, sociais, econômicas, políticas... conformam a totalidade.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

4. Porque o conceito de gênero pode ser utilizado para se analisar outras situações de opressão, como as que se configuram em diversas colonialidades.

Em um instigante texto com o título “Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista” Ochy Curiel⁹ levanta a lebre: com tantos novos estudos que pretendem questionar o rasgo elitista da produção acadêmica, quais deles realmente descentralizam o sujeito? Dar voz aos silenciados através dos estudos subalternos, tornar referência seus pensamentos, reverenciá-los como *diferentes* não será mais uma estratégia intelectual de legitimação? A autora faz tais questionamentos por constatar que a maioria dos intelectuais responsáveis por tais estudos não se despojaram de suas posturas androcêntricas nem colonialistas. Dentre os autênticos pensadores do colonialismo cita Aimé Césaire e Frantz Fanon. Considera que ambos deixaram reflexões importantes que possibilitam pensar a colonialidade na América Latina. Mas faz a ressalva, nem eles, nem os pensadores latino-americanos contemporâneos como Quijano, Mignolo e Dussel, abordaram categorias como sexo e sexualidade. Mesmo considerando a raça como critério de classificação de populações que determinam posições na divisão sexual do trabalho mal considera a relação de raça com sexo e sexualidade. E reclama: tampouco reconhecem as contribuições feministas para tais reflexões.

Cita os movimentos norte-americanos de mulheres negras, de lésbicas, de chicanas e suas contribuições específicas a teoria feminista com formulações de conceitos que têm sido menosprezados pelos estudiosos do colonialismo. Afirma ela que o *black feminism*, por exemplo, aperfeiçoou tanto a teoria feminista como a teoria do racismo. E chama a atenção para o fato de que tais conceitos teriam muito a acrescentar na análise histórica. Cita como exemplo, Lélia Gonzales, feminista brasileira que, introduz a expressão amefricanidade como alternativa a latinidade de viés eurocentrista. Lélia atribui ao conceito o sentido de resistência, reinterpretação e criação de novas formas culturais que tem referências em modelos africanos, mas que resgata e incorpora outras tradições históricas e culturais.

Recuperando diversificadas experiências feministas no continente americano, Ochy Curiel conclui que o movimento feminista latino americano faz ver como Gênero como categoria de análise não significa uma chave instrumental que resolve todas as situações. Mas considerando que se trata de um saber que estabelece significados para as diferenças

⁹ Curiel, Ochy. 2007. "Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista". *Nómadas (Col)*, num. Sin mes, pp. 92-101. Universidad Central Bogotá, Colômbia.

corporais, a autora alerta para a riqueza de possibilidades que tal categoria de análise oferece para a interpretação de outras situações de opressão. Desde que sejam respeitadas as particularidades de tempo, lugar e contexto.